

O teatro do absurdo na política

Risonhos na TV, os políticos nos lembram hoje os personagens de Samuel Beckett e de Eugene Ionesco: inúteis, impotentes

Francisco Antonio Doria

HÁ cerca de 15 séculos, a França estava dividida em três reinos: a Austrásia, a leste, sobre o Reno; a Neustria, a oeste, e a Borgonha, no centro-sul. Seus reis, de origem goda, possuíam nomes estranhos — Gundobad, Godigisel, Chilpéric, Godemar, Sigebert. E não tão estranhos assim — Siegmund, Bruenhilde. Entre os séculos 5 e 6 sucedem-se nos três reinos golpes palacianos, assassinatos de reis e príncipes, guerras devastadoras e mela-dúzia de intrigas, como as lutas entre os reis Sigebert de Metz e seu irmão Chilpéric de Soissons. Sigebert era casado com Bruenhilde, e Chilpéric com a irmã desta, Galswintha. Chilpéric mata Galswintha e se casa com Fredegonde, mulher lindíssima e terrível. Bruenhilde, já viúva de Sigebert, passa o resto da vida arrumando um jeito de se vingar de Fredegonde, que acaba morrendo antes da inimiga, e talvez como sua vítima. O fim de Bruenhilde é horrendo: depois de mais um golpe palaciano, é condenada à morte, e morre arrastada pelos cabelos, presa num cavalo selvagem que sai correndo pelas ruas de Metz.

Parece enredo de filme da Cinecittà, na década de 60, com Maciste no meio. E chega perto. A pista são os nomes como Siegmund e Bruenhilde. No século 13, os dramas daqueles três reinos francos eram cantados nas cortes alemãs como parte de um poema que conhecemos hoje como *Der Nibelungen Not*, *O sofrimento dos moradores das brumas*. Sim, é isso. O herói Siegfried é uma figura construída sobre o rei Sigebert, e a valquíria Bruenhilde mistura a princesa homônima e a rival, Fredegonde. Nibelungo quer dizer: povo das brumas. E o poema alemão sobre os Nibelungos nos conta na verdade uma versão filtrada, arquetipizada, das brigas políticas dos primeiros reis francos.

Em 1537 o duque de Florença, Alessandro de' Medici, filho bastardo do papa Clemente VII e de uma escrava negra, é assassinado por seu primo e amante Lorenzino de' Medici. Novamente uma intriga palaciana, e até das bem modestas, naquele jogo político bruto dos senhorios italianos durante a Renascença. Séculos depois, Alfred de Musset transforma o vagabundo Lorenzino num herói chelo de dúvidas à maneira de Hamlet, e o põe como figura central de seu drama *Lorenzaccio*. O assassinato do duque Alessandro por seu primo Lorenzino possivelmente não passou de uma briga violenta de namorados. Mas uma briga que misturou, de maneira irredutível, erotismo e política, sensualidade e poder, assim como as lutas dos francos e borguinhões e hunos mil anos antes. Sexo, poder e intrigas na elite dirigente de

um estado dão teatro, dão romance. E filme da Cinecittà com Maciste.

Se nestes exemplos, e em muitos outros (escolham à vontade: Shakespeare, Schiller, sei lá, tantos), há uma certa distância, e uma certa mediação, entre a intriga erótico-política nas elites e sua transformação em romance ou teatro — porque na verdade se elaboram as narrativas durante alguns séculos até sua cristalização literária —, agora a política vive a sua teatralização num curto-circuito. A política é teatro, e quase que só teatro. Não temos mais palco, mas temos a tela da televisão. O político não fala; repete um script. Sua imagem na TV é tratada por um diretor, que procura torná-lo tão espontâneo e distraidamente convincente quanto um ator de novela que faz merchandising. Mais ainda: sua fala, como toda fábula, tem princípio, meio, fim e moral para encerrar. E, se a fábula repete o que está na fantasia de cada um de nós, o político é instruído para mexer com os nossos desejos e as nossas culpas. No tempo dos Nibelungos ou dos Médicis, o erotismo explodia no meio da ação política porque onde há gente há erotização, e nas disputas de poder dentro de uma elite a satisfação do desejo erótico podia ser, também, a vitória sobre o adversário, ou a derrota dian-

te dele — ou, às vezes, as duas coisas juntas. Mas no teatro televisionado da política, o erotismo se passa na relação entre o político em sua imagem eletrônica e o espectador-eleitor. Entre o político — a imagem eletrônica na tela de TV, irreal mas fingindo-se real — e quem o assiste, gente de carne e osso, como você e eu, não há racionalidade, não pode haver razão. Há tesão, libido pura. Um desejo que nunca se vai satisfazer. Bom, pelo menos este desejo quer afirmar que saiu do palácio, do meio da elite dirigente, e chegou até quem nunca fez parte dela. Ao menos finge isso, finge uma proximidade que não existe.

Esta busca da proximidade entre a elite dirigente e o resto da população não existia há 10 séculos atrás, quando a elite, mesmo ao se misturar à população em geral, dela se distinguia (basta a gente ler as descrições que os cronistas medievais fazem, na França, do contato entre o povo e os primeiros reis capetíngios: o rei, que é o ungido de Deus, é sempre infinitamente dife-

*Entre
a imagem
eletrônica do
político e quem
o assiste não há
racionalidade,
não pode haver
razão*



rente do plebeu, e os nobres participam desta condição excelsa do rei). Por que, então, esta busca da proximidade, esta teatralização do político procurando se fingir próximo aos plebeus de hoje?

Há duas explicações. A primeira é a óbvia: o regime é democrático, a democracia é o pior de todos os regimes, exceto os outros, o poder emana do povo, e para que a elite dirigente exerça o poder em nome do povo tem que de algum jeito fingir que está junto do povo. Todos devem participar da atividade política, e já que é impossível todos participarem deve-se fingir que ao menos existe esta participação. Daí a política enquanto teatro imediato, a erotização no contato entre a imagem do político e o espectador, e tudo o mais.

Mas será que é só isso? Acho que não. Apesar de já termos 100 anos de ciências sociais cuidadosamente elaboradas desde Marx, conhecemos muito pouco sobre a natureza e origem das instituições sociais — e da divisão entre grupo dirigente e população subordinada, e do que faz com que esta última, sempre majoritária, nunca se revolte (a não ser em casos excepcionais) contra quem está por cima, gozando do bem-bom, e se divertindo com as mordomias e futricas palacianas.

Uma resposta diferente, e pessimista, nos é dada pela ecologia das populações. Em resumo, é o seguinte: há cerca de 11 mil anos, algumas populações no Oriente Médio deixaram de ser nômades e se fixaram numa região conhecida como o Crescente Fértil, onde passaram a cultivar de modo sistemático o trigo. Com isto houve abundância de comida, a população cresceu rapidamente e surgiram as primeiras instituições sociais, a família patriarcal, alguma espécie de governo exercido através de uma liderança centralizadora, e uma religião que venerava a fertilidade da terra e a dádiva do trigo e do vinho (e da qual encontramos memória no cristianismo).

O que é gozado é que quase tudo isso pode ser descrito matematicamente; o aumento da densidade da população leva ao surgimento das cidades — que são um espaço ocupado regularmente, simetricamente, por uma população antes dispersa de qualquer jeito. E a disputa de um território por duas populações rivais leva à divisão do trabalho; vence a população que se dividir em duas castas, os "guerreiros" e os "operários". Estes, majoritários, mas submissos aos guerreiros. As equações que descrevem estes processos são conhecidas há cerca de 15 anos, e têm o nome de "modelos de reação-difusão para a dinâmica das populações". Nome rebarbativo, horrível, e mais horrível ainda na crueldade do seu significado: as estruturas sociais dependem só de estatística e de sua dinâmica, e não têm nada a ver com os desejos ou vontades nossas, da gente. Certas populações de abelhas têm estruturas muito parecidas com as instituições humanas, e os termiteiros que podem ser vistos num pasto de fazenda são como os bairros de uma cidade, regulares e bem ordenados. A mesma lei matemática descreve formigas, abelhas e gente. É cruel.

Chegamos ao fim. Pois o teatro da política é hoje um teatro do absurdo. Claro, parece muito com Ionesco, ou com Samuel Beckett, quando a gente vê a impotência e o vazio daquilo que o político está nos dizendo, todo risonho, contra um fundo azul, na propaganda eleitoral de TV. Fico me perguntando se aos poucos, muito aos pouquinhos, quem está na elite dirigente não começa a perceber, muito devagarinho, que não comanda coisa alguma, que o movimento social independe na sua essência desta ou daquela vontade; que toda ação de governo, ação política, é inútil, impotente. Gente morre, como está morrendo na China, mas o poder não consegue mais se exercer. Como se, hoje, o teatro da política fosse *Le Roi se meurt*, de Ionesco. Lentissimamente, e chatissimamente, o poder e o político estão se apagando.

Francisco Antonio Doria é professor na Escola de Comunicação da UFRJ.